

Sarney busca o consenso para modificar projeto de Cabral

ARQUIVO 16/12/84

O presidente José Sarney quer que se forme um consenso em torno da mudança do anteprojeto constitucional elaborado pelo relator Bernardo Cabral. Ele disse que, a seu ver, existe hoje uma posição de unanimidade contrária ao projeto, que não consegue agradar a nenhum setor da Nação. Sarney considera importante que a nova Constituição reflita todas as aspirações da sociedade, para que seja uma carta duradoura e possa permanecer em vigor por várias gerações.

«Os constituintes devem ter a aspiração» — afirmou o Presidente — «de que a Carta possa ir além da vida daqueles que a elaboraram, da vida de seus filhos e das de seus netos. Um sentido de permanência para o futuro. Sarney acha que o Presidente da República não deve interferir nos trabalhos da Constituinte, porém não pode abdicar de seu papel de harmonizar os conflitos surgidos, de maneira que seja atendidos os interesses maiores da Nação.

«O Presidente» — disse Sarney — «tem o dever de procurar ajudar os partidos políticos a encontrar as soluções que o País necessita na elaboração da nova Carta.

Assessores próximos ao presidente Sarney revelaram que todas as emendas que refletem as posições do Executivo foram enviadas à Constituinte na quarta-feira passada, no último prazo para sua apresentação. As propostas foram apresentadas pelos deputados Prisco Viana, Expedito Machado e Carlos Sant'Anna. Os assessores garantem que todas as emendas serão aprovadas com tranquilidade porque o Governo tem a maioria na Constituinte.

Aureliano contesta poder da convenção

Belo Horizonte — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, afirmou ontem que a fixação do mandato do presidente da República é uma atribuição exclusiva da Assembléia Constituinte e não de uma convenção partidária, como a do PMDB.

«A Constituinte não pode ficar submetida à camisa-de-força de uma deliberação partidária» — disse o Ministro, assinalando que antes de ser representantes de um partido, o deputado e o senador são representantes do povo. Ele acrescentou que, por esta ótica, a deliberação de um partido tem caráter apenas indicativo, não normativo.

Embora seja favorável a um regime de governo presidencialista, Aureliano Chaves acredita que a Constituinte deve estabelecer uma relação mais equânime entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

«Houve uma exacerbação dos poderes do Executivo no Brasil, em prejuízo do Judiciário e do Legislativo», afirmou o Ministro. Para corrigir este desequilíbrio, ele propõe que a Constituinte, além de estabelecer uma relação mais harmônica entre os poderes, deve fixar regras mais restritivas ao direito do Executivo em legislar.